



A DILUIÇÃO DA FORMAÇÃO INTELECTUAL NA SÍNDROME DO COMERCIALISMO EDUCACIONAL

Renato Nunes Bittencourt¹

RESUMO: O artigo aborda a degradação cultural promovida pela inserção de parâmetros econômicos alheios ao autêntico projeto de promoção da educação em nossa estrutura social, e de que maneira vivemos uma crise de criação intelectual.

Palavras-Chave: Comercialismo; Tecnicismo; Corporativismo.

ABSTRACT: The article approaches the cultural degradation promoted by the insertion of other people's economic parameters to the authentic project of promotion of the education in our social structure, and how we live a crisis of intellectual creation.

Keywords: Commercialism; Technicism; Corporativism.

INTRODUÇÃO

A transformação dos exames admissionais ao ensino superior em capital lucrativo para os cursos preparatórios e o fortalecimento cada vez maior de instituições universitárias de fomento privado apresenta um problema de grande importância a ser analisado pelo pesquisador efetivamente comprometido com o desenvolvimento da cultura e da formação educacional da sociedade na qual vive; desse modo, influências puramente economicistas determinam a organização da estrutura funcional dessas instituições, cuja disposição básica, em uma situação ótima, deveria ser a de promover a difusão da cultura, do saber, tendo em vista o aprimoramento da intelectualidade da sociedade e sua tomada de consciência em relação ao mundo circundante. No entanto, essa situação especial não ocorre efetivamente, mas antes um estado péssimo de degradação da cultura, através da inserção de sufocantes interesses comerciais na gerência pedagógica das instituições de

¹ Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor da FACC-UFRJ e do Curso de Especialização em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública da UERJ. E-mail: renatonunesbittencourt@gmail.com



ensino conduzidas pela sede de lucro da iniciativa privada. Cabe destacar, todavia, que não se pretende de modo algum dizer que todos os estabelecimentos privados de ensino, sejam os colégios, os cursos de pré-vestibular ou as faculdades/centros universitários/universidades são regidas exclusivamente pela comercialização vulgar da educação, uma vez que podemos encontrar, na grande massa de especulação empresarial que rege o mundo da educação privada, casos raros de instituições que aspiram ao desenvolvimento da cultura e da transmissão de um sistema de ensino de qualidade, circunstância extremamente benéfica para o progresso intelectual da sociedade; mais ainda, não se pretende de modo algum depreciar a obtenção de lucro de uma instituição educacional de capital privado, mas sim a tendência de algumas destas corporações de ensino subverterem os objetivos culturais mais elevados em prol de uma comercialização desmedida da educação, aproveitando-se da necessidade de grande contingente da sociedade produtiva em obter o grau de instrução estabelecido para obter assim a sua tão sonhada progressão profissional. Tal passaporte para o sucesso, na atual degradação cultural que impera no caos educacional no mundo educacional regido pelo interesse capitalista na sua formulação mais insana, se encontra nas mãos dos cursos de pré-vestibular e dos estabelecimentos universitários comerciais, ao dispor de todos aqueles que podem pagar por essa “dádiva educacional”.

O DECLÍNIO DA FORMAÇÃO EDUCACIONAL E O COMERCIALISMO CULTURAL

Para compreendermos o processo de degradação da experiência cultural da sociedade moderna em seu alucinante ritmo de regulação tecnocrática da vida, a obra de Nietzsche é um valioso ponto de partida. Nietzsche, nas suas críticas ao modelo pedagógico em vigor na Alemanha oitocentista, direciona duras objeções contra a inserção de interesses grosseiramente utilitaristas nas práticas educacionais, circunstância que motivava a submissão da cultura a um patamar axiológico intrinsecamente alheio, o da massificação cultural em vista da qualificação profissional regida pela adequação aos imperativos tecnocráticos industriais. Uma nova ordem social tal como a decorrente da



modernização tecnológica do capitalismo selvagem exigia o inerente estabelecimento de um novo sistema de formação educacional, aberto para uma parcela mais ampla da população, o que pode ser considerado adequado do ponto de vista social e cultural. Entretanto, o grande problema ocorria pela intromissão de interesses econômicos nessa reformulação da estrutura de ensino, conduzindo assim o âmbito cultural a uma espécie de caos institucional, pois se exigiu uma transformação da metodologia de ensino e do processo pedagógico de assimilação de conteúdos: era imprescindível a formação de especialistas em um prazo de tempo cada vez menor, para que fossem assim satisfeitas as necessidades mercadológicas da sociedade em processo vertiginoso de industrialização. Para tanto, se tornava urgente a elaboração de conteúdos pedagógicos facilmente digeridos por seus estudantes, sem que, no entanto, se propusesse o exercício e a reflexão do senso crítico dessa massa. Conduzindo essa transformação deletéria da ordem social estava o “filisteu da cultura” (NIETZSCHE, 2008, p. 21). Essa abjeta figura, desprovida de espírito crítico e criativo, é um dejetivo humano obtuso que avalia o processo de formação educacional pelo viés puramente economicista, influenciando axiologicamente muitos tecnocratas governamentais e empresariais envolvidos no setor educacional. Nesses termos, ao invés do intelectual conduzir o efetivo progresso cultural da sociedade oitocentista, tal função estava reservada ao medíocre “filisteu”, um “empresário” cobiçoso travestido de educador.

Podemos afirmar que na sociedade capitalista norteada pela ideologia tecnocrática, a figura do “filisteu da cultura” se metamorfoseou simbolicamente em dois tipos grotescos: o diretor das escolas e dos cursos preparatórios para os exames de pré-vestibular e as instituições particulares de ensino superior que se multiplicam vertiginosamente em todos os espaços disponíveis, tal como lojas comerciais que vendem a cultura para aqueles que podem pagar por sua aquisição. Cada um desses novos “filisteus” merece uma análise detalhada, pois muitas são as convergências axiológicas e ideológicas existentes entre eles. Em ambos os casos, há a tendência de se utilizar a cultura e a educação como bens especificamente comerciais, e os objetivos que gerenciam as suas atividades não são de fato pedagógicos, mas sim puramente monetários. Decorre daí a tendência de se remunerar de forma insatisfatória os docentes, e selecionar para os seus quadros profissionais



professores avaliados não por suas competências intelectuais (formação e produção intelectual), mas pelo fator político de indicação ou por suas habilidades flexíveis de cooptação de estudantes, agradando-os em seus interesses tacanhos e narcísicos. Com efeito, em diversas circunstâncias, quando um colégio particular, um curso de pré-vestibular ou uma universidade “comerciária” divulga chamada para seleção de docentes, trata-se apenas de um mecanismo falsário que visa manter as aparências da postulada seriedade profissional dessas instituições, quando em verdade uma gama de interesses que não os especificamente educacionais gerenciam a “escolha” dos docentes; raramente existem efetiva lisura e objetividade nesses processos seletivos.

Quanto mais contatos políticos existentes em uma dada instituição “comerciária”, mais fácil é para o candidato ingressar em seu quadro profissional. Para a admissão nessas instituições, raramente se realiza qualquer tipo de concurso que avalie a qualidade intelectual do postulante ao cargo de docente, e a produção intelectual deste, quando existe, sequer é analisada criteriosamente pela banca avaliadora ou pelo selecionador, burocrata desprovido de recursividade humana. Aliás, muitas instituições “comerciárias” de ensino preferem aceitar em seus quadros profissionais docentes com titulação de pós-graduação incompleta, pois isso significa menor investimento no pagamento do salário, uma vez que a titulação é o fator acadêmico que diferencia qualitativamente um profissional de outro. Ora, nada mais justo que um docente de alta titulação obtenha um vencimento maior do que o recebido pelo docente desprovido de mestrado ou doutorado, pois a pesquisa de pós-graduação é indubitavelmente um diferencial intelectual, exigindo anos de grande dedicação aos estudos intensivos, desenvolvimento da técnica de redação, participação em eventos acadêmicos e a publicação regular de artigos em periódicos e veículos de divulgação científica.

A disposição obtusa de não se levar em consideração essa diferença de patamar acadêmico nada mais é do que nivelar por baixo a competência intelectual da classe docente. Todavia, os empresários da educação se esforçam continuamente para que os professores de elevada titulação cada vez mais percam os seus direitos institucionais, pois esses trabalhadores são demasiado custosos para os gananciosos cofres das instituições universitárias “comerciárias”, que preferem assim contratar docentes academicamente



incompletos e intelectualmente improdutivos, mais submissos aos ditames arbitrários dos empresários do ensino, pois, na condição de mais desqualificados academicamente, encontram dificuldade de encontrar melhores oportunidades profissionais e assim aceitam toda a sorte de exploração. Essas instituições comercialistas de ensino ousam inclusive profanar os nomes sagrados de grandes pensadores da humanidade, como Pitágoras, Galileu ou Machado de Assis, inserindo-os em suas marcas-fantasia. O cúmulo da absurdidade capitalista será talvez um dia o nome de Karl Marx adornar a fachada de uma instituição comerciária de ensino; enquanto isso, as diatribes da educação furtada e as cândidas mentiras do especulador educacional se perpetuam no mercado de ensino do capitalismo tardio.

O grande conjunto de cursos preparatórios para os exames admissionais no ensino superior forma uma espécie de “máfia” cujo “delito” maior consiste em tornar a cultura e a educação em instrumentos estritamente utilitários; essa estrutura “comerciária” do ensino se aproveita então da necessidade dos jovens em conquistar a tão sonhada vaga nas concorridas universidades públicas pela cobrança de mensalidades e pacotes de ensino cujos valores são abusivos, e tal cotação é legitimada pelo fato de haver uma demanda que aceita participar desse jogo comercialista. O professor do curso de pré-vestibular adquire características soteriológicas, pois somente ele é capaz de ensinar ao estudante “o caminho da salvação”, isto é, a aprovação no vestibular promovido por uma universidade pública, enquanto o professor da educação regular é um rele elemento secundário. A noção de “máfia” também pode ser atribuída ao espírito capitalista da instituição de ensino superior regida pelo espírito “comerciário”, que recolhe em seu seio grande parte do contingente estudantil que não foi assimilado pela universidade pública, cobrando-lhe um preço que é literalmente muito caro para a conquista da realização “acadêmica”, inclusive através de fraudes em programas governamentais que visam facilitar o acesso dos estudantes economicamente desfavorecidos mediante a concessão de créditos financeiros.

Tanto os cursos preparatórios de vestibular como as instituições “comerciárias” de ensino são deletérios para a sociedade tecnocrática em que vivemos e para o seu combalido projeto de educação, incapaz de promover a autêntica emancipação política dos sujeitos. No primeiro caso percebe-se a disposição meramente informativa, de despejo neurótico de



conteúdos pedagógicos, para que o estudante adquira a competência intelectual de realizar os exames de vestibular de forma satisfatória, e assim glorificar o nome do famigerado curso. Trata-se de uma distorção da ideia autêntica de educação, que prima pela formação intelectual e existencial do estudante, e não pela sua adequação total a um mecanismo puramente informativo que somente aliena e gera submissão existencial a parâmetros externos de conduta, comportamento e gosto. Para Alejandro Cerletti e Walter Kohan,

O pensar sistemático, a reflexão analítica ou a mera justificativa do que se afirma têm, atualmente, e sobretudo na escola, algo de desvalorizado e arcaico. O espaço do pensamento foi substituído por um espaço comum da mídia, produtora de usuários dóceis e espectadores passivos (CERLETTI & KOHAN, 1999, p. 45-46).

O projeto educacional tecnicista em vigor no sistema de ensino “comerciário”, por visar a promoção de pretensos resultados positivos nos exames de vestibular e concursos de grande concorrência entre os candidatos, estabelece em especial dispositivos informativos no seu método de ensino, demonstrando assim a ausência de qualquer compromisso com o processo rigorosamente formativo do indivíduo. Com efeito, “formar” não é “informar”: entre os dois conceitos há uma enorme distância axiológica. É importante ressaltarmos que o ato de “informar” não é “formar” intelectualmente/culturalmente uma pessoa. Segundo Néstor García Canclini,

A educação foi cedendo autonomia ao diminuir a importância da escola pública e laica e crescer o ensino privado que, com frequência, subordina o processo educacional às aptidões de mercado e se preocupa mais em capacitar tecnicamente do que formar para aptidões culturais. Em vez de formar profissionais e pesquisadores para uma sociedade do conhecimento, treina peritos disciplinados (CANCLINI, 2008, p. 23).

O ato de “formar” se associa ao processo singularizado de transmissão de conteúdos pedagógicos que proporcionam o desenvolvimento intelectual do sujeito, estimulando-lhe uma tomada de consciência crítica em relação ao âmbito social no qual ele está inserido; essa circunstância favorece a sua inserção politizada na vida prática, lutando assim pela transformação e esforço por mudanças na realidade circundante; tal processo segue um



fluxo particular, de acordo com as disposições existenciais do estudante e os seus interesses acerca de determinados conteúdos didáticos. Por sua vez, “informar”, no âmbito da prática pedagógica, consiste no ato de tão somente se transmitir conteúdos didáticos heteróclitos, sem que neles necessariamente haja uma efetiva relevância epistemológica e existencial para o estudante, que recebe continuamente uma série de conteúdos que se tornam meros meios para a realização de fins, seja a aprovação no ano letivo, seja a obtenção de resultados favoráveis nos exames de vestibular ou mesmo o cumprimento de metas didáticas estabelecidas pelas burocracias de ensino. De acordo com Adriana Santos,

A enorme quantidade de informações disponíveis àqueles que têm acesso aos meios eletrônicos irá, ao invés de mobilizar-nos para uma atuação mais freqüente e segura como cidadãos, anestesia-nos para a realidade (SANTOS, 2002, p. 92)

O mecanismo pedagógico informativo exaure as capacidades criativas da mente do estudante, tornando apenas um quadro em branco no qual todo tipo de informação pode ser registrada. Tal como muito bem analisado por Paulo Freire acerca do problema da “concepção bancária da educação”,

Não é de se estranhar, pois, que nesta visão bancária da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos [...]. Na medida em que essa ‘visão bancária’ anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade satisfaz aos interesses dos opressores (FREIRE, 2005, p. 68-69).

A “informação” é destituída de reflexividade e motiva a passividade gnosiológica do estudante, que cria uma espécie de dependência simbólica diante do sistema pedagógico que lhe transmite tais conteúdos, intelectualmente alienantes, pois apenas saturam sua mente. Conforme argumenta Jayme Paviani,

A redução do saber e da experiência do mundo ao simples conhecimento controlado e estratificado tende a eliminar a realidade cultural do estudante em favor de uma cultura imposta (PAVIANI, 1987, p.49).



Uma atividade educacional comprometida com o desenvolvimento do senso crítico do indivíduo deve estar associada a um projeto intelectual duradouro, que se proponha a formar pessoas capazes de transformarem a nossa conjuntura social mediante sua intervenção política; nossa estrutura social vez mais se demonstra marcada tanto pela decadência dos valores afirmativos tais como a amizade, a respeitabilidade, a confiança e a segurança, assim como pelo vazio existencial que impede o fortalecimento das disposições criativas dos indivíduos e a conseqüente construção de uma estrutura social mais saudável organicamente. Conforme Bauman,

O tipo de incerteza, de obscuros medos e premonições em relação ao futuro que assombra os homens e mulheres no ambiente fluído e em perpétua transformação em que as regras do jogo mudam no meio da partida sem qualquer aviso ou padrão legível, não une os sofredores: antes os divide e os separa. (BAUMAN, 2003, p. 48).

A era de incertezas dos rumos civilizacionais do mundo tecnocrático, obviamente, se reflete imediatamente no cenário da cultura, reificando o processo de formação do saber. Essa distorção da experiência educacional decorre da falência do projeto pedagógico em vigor nas instituições de ensino da era tecnicista da nossa dita pós-modernidade: tais estabelecimentos pedagógicos é que deveriam fornecer ao estudante a competência necessária para a realização dos exames admissionais ao ensino superior, mediante a aplicação de uma metodologia de ensino que permitisse a compreensão global dos conteúdos programáticos não apenas do exame do vestibular, mas também de uma gama de saberes que favorecerão o desenvolvimento da cultura formativa no intelecto do estudante. Porém, como impera na ordem cultural tecnocrática o espírito informacional, o vestibulando se encontra tanto na obrigação intelectual como “moral” de assimilar os conteúdos programáticos propostos pela comissão pedagógica seu estabelecimento de ensino, para que possa em seguida complementar essas informações com as que são transmitidas vertiginosamente no curso de pré-vestibular. Segundo Lipovetsky e Jean Serroy,

Não há distanciamento crítico nem hierarquia de informações, e sim o acesso imediato para todos, a um saber fragmentado, que deslegitima os



mestres e instaura a credulidade e a facilidade do menor esforço (LIPOVETSKY & SERROY, 2011, p. 161).

As capacidades mentais do estudante inserido nesse processo extenuante se assemelham simbolicamente a uma esponja que absorve todo tipo de substância, mas que, recebendo pressão, perde os conteúdos retidos. A mente estudantil, nesse processo pedagógico falho, retém apenas informações pedagógicas fragmentadas, descontextualizadas intelectualmente. Bauman denuncia em suas obras que vivemos na era da “modernidade líquida”, da vida líquida, dos tempos líquidos, caracterizados pela precariedade fundamental das condições existenciais da vida humana em suas interfaces individuais, sociais e ambientais:

A vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciosa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras dos destruídos e evitar ser jogado no lixo (BAUMAN, 2007, p. 10).

Será então que um dos sintomas dessa tendência de declínio da dignidade existencial não é justamente a liquidez educacional? Neste modelo degradado de educação, pretensamente associado aos paradigmas culturais, se concretiza a necessidade de se obter informações sobre todas as coisas, e não a capacidade de se analisá-las criticamente, compreendendo o cerne do discurso e respeitando-se o processo cognitivo de cada estudante, que é intrinsecamente singular e não pode ser gerenciado por critérios pedagógicos externos, como uma espécie de moral de rebanho educacional, na qual o ensino é transmitido de forma massificada, cabendo ao estudante se adequar passivamente ao discurso dos professores. O resultado degenerativo desse sistema insalubre se manifesta em diversos modos na vida do estudante: crise de ansiedade, noites insones, má alimentação, irritabilidade, estresse, disposições depressivas, obturação do pensamento seletivo e crítico, alienação cultural, necessidade de estímulos fortes para manter sua consciência tonificada, alheamento em relação ao conhecimento reflexivo e emancipador.

O valor abusivo da mensalidade de um curso de pré-vestibular também evidencia a lógica comercial que gerencia tal atividade. Afinal, impera a seguinte tendência nesse sistema opressor: se um vestibulando deseja ingressar numa universidade bem



conceituada academicamente, ele não poupará “esforços” para obter um resultado positivo e realizar assim seu projeto existencial. Em outras palavras, em se tratando de um jovem oriundo de uma família com razoável poder aquisitivo, não se economizará dinheiro para que o estudante possa ao final do ano letivo conquistar a vaga no tão sonhado curso universitário; desse modo se perpetua a diluição cultural operada pela presença dos cursos de pré-vestibular em nossa fragilizada estrutura educacional, gerenciada por objetivos escusos aos do autêntico progresso e difusão do sistema educacional. Infelizmente constatamos que o filisteísmo cultural também atinge uma grande porcentagem de professores associados ao modelo pseudo-educacional do curso de pré-vestibular, que fazem da especulação cultural um mero recurso de obtenção de lucro, perdendo a preocupação com a pesquisa e produção de ideias. Não se trata de desmerecer intelectualmente um professor que ministra aulas em cursos de pré-vestibular, mas caberia a indagação: qual a sua parcela de responsabilidade para a degradação das condições educacionais da sociedade tecnocrática em que vivemos? Uma vez que tal professor faz parte desse processo de despejo irrefletido de conteúdos sobre os sôfregos estudantes, ele contribui intelectualmente com o declínio do espírito cultural, para maior glória dos especuladores empresariais da educação. Obviamente que não desvalorizamos a necessidade material do professor desenvolver uma vida cotidiana confortável, pois o discurso ideológico segundo o qual o docente é uma figura abnegada que mesmo remunerada parcamente exerce plenamente as suas funções pedagógicas é falaciosa e cruel, palavreado que somente é pertinente para a estrutura “comerciária” de ensino, que explora as capacidades profissionais dos professores impondo-lhes a docilidade monástica. O problema em questão é o fato do professor que leciona em universidades “comerciárias” e/ou em cursos de pré-vestibular fazer de sua carreira apenas um projeto para obtenção de lucro, a fim de satisfazer os seus anseios materiais, e não uma trajetória de aprimoramento das suas competências didáticas e acadêmicas. Com efeito, podemos dizer que um professor que não é também um pesquisador é uma pessoa intelectualmente incompleta, da mesma forma que um pesquisador que não pode externar as suas criações intelectuais, seja através do ensino ou por publicações, é um ser existencialmente frustrado. Desse modo, conviria que todo docente conciliasse harmoniosamente ensino e pesquisa em sua



vida intelectual para que assim pudesse se superar constantemente, vencendo assim o espírito burocrático que contamina o professorado desprovido de maiores aspirações culturais e epistemológicas em sua trajetória profissional.

Entretanto, em decorrência da urgência de manutenção da vida prática e das circunstâncias corriqueiras, gera-se um mecanismo de total submissão do docente aos parâmetros burocráticos e pedagógicos da sua instituição de ensino, circunstância que lhe consome grande parte do tempo disponível para a especialização das suas capacidades intelectuais, o aprimoramento de pesquisas e a redação de textos acadêmicos para publicação, gerando assim possíveis interações dialógicas com pesquisadores afins. A necessidade de progresso material a todo custo causa, todavia, o seu decréscimo intelectual, pois a manutenção de seu padrão de vida se torna o elemento superior de seu trabalho, abrindo mão, muitas vezes, de desenvolver pesquisas acadêmicas avançadas que exigem certo grau de ascese. Por conseguinte, busca-se acima de tudo a ascensão social, e não a “ascensão cultural”. Quantos professores da iniciativa privada, temerosos de perderem seus empregos ou sofrerem redução de carga horária por não favorecerem ao arbítrio indolente do alunado imbecilizado, não exercem plenamente suas competências didáticas, diluindo a densidade dos conteúdos pedagógicos em formatações mais facilmente assimiláveis pela massa estudantil.

Por causa do cansaço motivado pela labuta da vida docente, o professor que presta serviços em cursos universitários “comerciários”, cursos de pré-vestibular ou ainda escolas desprovidas da formulação de um satisfatório plano de carreira, raramente encontra condições favoráveis para o desenvolvimento de novas pesquisas. Por conseguinte, esse professor acabará esclerosando assim as suas capacidades criativas e tornando-se um mero repetidor de doutrinas e de saberes consolidados, sem que haja a possibilidade de reinterpretá-los intelectualmente através da concessão de novos enfoques axiológicos. Nessas condições, um professor pode perfeitamente ensinar para a sua classe a filosofia de Platão sem que por isso se perca em um discurso de enunciados vazios, mas permitindo aos estudantes compreenderem a dinâmica intelectual da realidade concreta em que vivia Platão, assim como contextualizando as suas problematizações. O mesmo procedimento se aplicaria em outras disciplinas colegiais e/ou universitárias.



Na realidade imanente do ensino universitário, seja no âmbito privado ou mesmo no serviço público, a deficiência da formação intelectual de um professor se mede por sua incapacidade de oferecer para uma dada turma um determinado nível de saber que seja para aquela axiologicamente convergente, encontrando significação para os seus propósitos pedagógicos; tal circunstância certamente favorece o aumento de interesse de grande parte da turma pelos conteúdos transmitidos, não se configurando assim uma necessidade tediosa de se obter a nota mínima para aprovação e o cumprimento dos créditos acadêmicos oferecidos. Isso não significa que o conteúdo pedagógico para uma dada classe deva ser estritamente utilitário, mas que convém haver uma afinidade intelectual em relação ao campo epistemológico dessa turma. O caso do ensino da disciplina de Filosofia para cursos distintos é paradigmático: muitos professores, *especialistas máximos do mínimo*, apenas fazem de suas aulas uma reprodução das suas limitadas pesquisas, em decorrência da incapacidade de ampliarem o nível de conhecimento intelectual de Filosofia, entediando assim os discentes de sua disciplina, que não reconhecem no conteúdo pedagógico ministrado conhecimentos pertinentes para sua formação acadêmica. Para Edgar Morin,

A Filosofia deve contribuir eminentemente para o desenvolvimento do espírito problematizador. A Filosofia é, acima de tudo, uma força de interrogação e de reflexão, dirigida para os grandes problemas do conhecimento e da condição humana [...] Também o professor de Filosofia, na condução do seu ensino, deveria estender seu poder de reflexão aos conhecimentos científicos, bem como à literatura e à poesia, alimentando-se ao mesmo tempo de ciência e de literatura (MORIN, 2002, p. 23).

Em geral, quase todos os cursos de graduação de uma instituição de ensino superior dedicam ao menos uma matéria para a difusão do saber filosófico, mas qual professor de fato ministra uma aula intelectualmente convergente com os propósitos pedagógicos dessa turma? Uma explicação plausível para essa deficiência técnica apresentada por esse tipo de professor intelectualmente burocratizado reside na sua incapacidade de ampliar os seus horizontes epistemológicos, impondo aos estudantes um saber cristalizado. Nesse contexto, como salienta Paulo Freire, “a especialização necessária transforma-se em especialismo alienante” (FREIRE, 1979, p. 93). Muitas são as correntes filosóficas e muitas



são as perspectivas epistemológicas que delas decorrem, de modo que assim também muitas são as maneiras de tratar, nas mais diversas graduações, questões filosóficas que lhes sejam convergentes. Para tanto, basta apenas que haja abertura intelectual do professor e capacidade de moldar os seus saberes para os mais diversos ramos do saber, situação que favorece consideravelmente o desenvolvimento pleno das suas próprias pesquisas. Um professor de Filosofia que lecione para turmas de Administração e Enfermagem, por exemplo, deve selecionar conteúdos que O grande problema, no entanto, ocorre pela insuficiência da disposição de pesquisa desse tipo obtuso de docente, que permanece acomodado sua confortável situação profissional, preferindo que as turmas se submetam ao seu discurso intelectual, o que não deixa de ser uma relação vertical de imposição de saber, de modo que esse docente exerce sobre o alunado uma espécie de poder pastoral, poder sacerdotal. Isso não significa que o professor de Filosofia deva também vulgarizar o ensino de sua disciplina para uma linguagem mais acessível para turmas de cursos distintos, mas sim que se esforce em buscar meios positivos de transmitir um discurso filosófico que corresponda aos objetivos pedagógicos dessa turma, ministrando conteúdos intelectuais que enriquecerão substancialmente a carga de aprendizado desse grupo de estudantes.

Se porventura parcelas desse alunado demonstrarem ainda assim indisposição para a atividade filosófica proposta pelo professor que visa o estabelecimento desse diálogo, o melhor a se fazer é reprovar essa massa estudantil intelectualmente limitada, fazendo-a repensar inclusive sua própria formação acadêmica, pois é evidência de infantilismo estúpido a ausência de empenho intelectual do estudante universitário. O progresso intelectual muitas vezes exige a reprovação do estudante que não alcançou o índice acadêmico esperado, e esse choque de realidade lhe é conveniente para superar suas limitações epistêmicas, pois muitas vezes sua consciência foi mimada pela permissividade familiar e/ou pela formação escolar medíocre. Nem todas as pessoas estão talvez intelectualmente aptas para a vida universitária, e não existe indignidade nessa situação. Quem não gosta de estudar deve renunciar a toda pretensão formativa, pois sua mediocridade cultural não é culpa do professor ou do sistema educacional, mas de sua própria mentalidade tacanha.



Voltemos ao âmbito do comercialismo educacional na esfera do ensino juvenil: imaginemos a situação utópica do exame de vestibular vir a ser extinto em sua configuração tradicional, uma vez que sua reconfiguração no ENEM não representa uma mudança radical em suas bases avaliativas. O resultado mais imediato seria certamente a extinção dos cursos de pré-vestibular e, por conseguinte, o fim da fonte de lucro dos especuladores da cultura que, a partir de então, deveriam se dedicar a outras atividades profissionais mais honrosas, talvez. Obviamente que para tal circunstância vir a ocorrer deveria primeiramente se estabelecer uma reforma na estrutura do ensino formal, assim como uma mudança de base no sistema de aprovação dos estudantes para os cursos universitários. Essa transformação somente favoreceria ao estabelecimento de ensino efetivamente comprometido com a formação intelectual do ser humano, que adquiriria junto ao âmbito dos estudantes a respeitabilidade e dignidade conveniente com as suas funções pedagógicas, pois os educandos dedicariam o foco de sua atenção tão somente nas aulas ministradas pelos discentes da instituição, sem que dependessem desses subterfúgios pedagógicos regidos pelo espírito comercial.

No modelo vigente da estrutura tecnicista de ensino, talvez não exista situação mais desagradável do que a vivenciada por um professor de colégio formativo que ministre aulas para turmas do último ano do Ensino Médio, isto é, a turma de pré-vestibular: adequar o conteúdo programático de sua disciplina ao patamar do vestibular, com o risco de vir a perder seu emprego ou a sua reputação profissional caso não haja um quantitativo de estudantes aprovados nesse exame; tanto pior, a sua classe pouca atenção dá ao conteúdo de sua disciplina, pois o verdadeiro salvador é o professor do curso de pré-vestibular, que detém as chaves para a redenção secularizada proporcionada pela aprovação no exame de vestibular. Afinal, qual instituição de ensino reprovaria um estudante disperso que não cumpriu adequadamente os seus deveres pedagógicos, mas que conquistou a proeza de ser aprovado no vestibular? Desse modo, o ensino em sua acepção formalista se torna um mero teatro, pois se transfere toda a responsabilidade intelectual da transmissão de competências para os cursos de pré-vestibulares e seus “sacerdotes” detentores do saber tecnicista, em verdade um depositário de conteúdos ideológicos que somente promovem a manutenção cristalizada dos valores normativos vigentes. Conforme argumenta Louis



Althusser, “toda formação social, para existir, ao mesmo tempo em que produz, e para poder produzir, deve reproduzir as condições de sua produção” (ALTHUSSER, 1985, p. 54).

A força econômica dos empresários do ramo da educação, donos das redes de cursos de pré-vestibular, não pode ser de maneira alguma subestimada; afinal, em geral são eles que determinam a lógica de poder da realização dos exames de vestibular, chegando ao ponto de interferirem continuamente contra a entrada de novas disciplinas nesse sistema, pois isso motivaria o dispêndio de mais investimentos para os empresários especuladores da educação. O exame de vestibular, nessas condições, não é apenas um processo educacional de seleção dos estudantes “mais aptos” intelectualmente, mas acima de tudo um jogo político-econômico de interesses em que o elemento menos importante, surpreendentemente, é a afirmação da qualidade da educação e da cultura. Não seria algo de se estranhar caso viesse a público o pagamento de propinas pelos empresários da educação aos núcleos dirigentes das públicas, para que não se incluam mais as disciplinas “excedentes” nos exames de vestibular.

Quando se torna inevitável a inserção de novas disciplinas, percebe-se a ausência de seriedade intelectual no projeto pedagógico dos cursos de pré-vestibular: em geral, quando o prazo de realização do exame se aproxima, são convocados às pressas profissionais para ministrarem de forma intensiva conteúdos dessa disciplina, e caso não haja professores disponíveis, aqueles que mantêm relações pessoais com os coordenadores e empresários da educação são alocados nessas funções temporárias. Todo tempo disponível é de ouro, e o seu aproveitamento máximo é o diferencial para que os estudantes fiquem bem preparados intelectualmente para a realização das provas de vestibular. No sistema da “civilização tecnicista” em vigor, pensar, refletir e questionar se tornam atos imputados como desnecessários e até mesmo inconvenientes para a preservação do status quo: é melhor apenas se desenvolver as capacidades assimilativas da mente que, quanto mais retém informações, mais eficiente é, apresentando assim uma analogia com a produtividade capitalista tradicional. Desmistificando essa ideologia tecnicista, Alejandro Cerletti e Walter Kohan lançam a pertinente indagação:



Que sentido tem hoje complicar a vida quando tudo nos é oferecido de forma direta e espetacular? O impacto imediato da imagem torna obsoleta e aborrecida a intervenção imediata da reflexão. E, o que é pior, tudo que não tenha um lucro imediato termina sendo uma irremediável perda de tempo (CERLETTI & KOHAN, 1999, p. 46- 47).

A cognição humana se transformou drasticamente na era tecnológica da televisão e da informática, circunstância que modificou os paradigmas intelectuais da massa social; somente aquilo que é espetacular seduz a mente humana vulgarizada, cada vez mais dependente de estímulos sensíveis intensos para que possa enfocar a sua atenção em determinado tema. Nesse ponto se demonstra de suma pertinência a colocação de Guy Debord acerca da ideologia alienante da dita Sociedade do Espetáculo: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 2006, p. 14). Esse fetichismo das imagens regula toda forma de interação social se dissolve em prol do esvaziamento alienado de toda possibilidade de comunhão interpessoal. Tais mudanças psíquicas exigem dos professores habilidades circenses para que os conteúdos pedagógicos se apresentem aos estudantes “videotizados” como instâncias interessantes, agradáveis; na experiência docente do tecnicismo pós-moderno, não há grande distância entre o animador de auditório, que apela para todos os recursos sensacionalistas a fim de obter um bom índice de audiência, e o professor, submetido aos parâmetros ditatoriais da espetacularização das imagens. Para Ingrid Müller Xavier, “a imediatez da imagem suscita e requer reflexos e reações também imediatos, e assim ao preterir a reflexão, provoca uma transformação inaudita de despotencialização do pensamento” (XAVIER, 2004, p. 137). O instante de reflexão é cada vez mais suprimido em prol da aceleração do processo de absorção e decodificação de conteúdos puramente informativos, que nada acrescentam ao intelecto criativo do estudante. De acordo com Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl,

Vivemos numa sociedade que nos demanda uma atividade contínua, ainda que vazia. Em vez de reflexão, contemplação e dúvida, o sujeito é compelido a agir, respondendo a uma demanda do Outro (BUCCI & KEHL, 2009, p. 100).



O corporativismo no mercado de ensino é um mecanismo desonesto que prejudica a propagação da cultura, pois os profissionais selecionados não são intelectualmente mais capacitados dos que os preteridos, e critérios obscuros regem esse processo hipócrita. Se porventura as universidades privadas fossem orientadas por princípios culturais sólidos, elas destinariam a maior parte das suas vagas para professores com sólida carreira intelectual fundamentada na tríade ensino-pesquisa-extensão. Aliás, um fator que evidencia a ausência de um projeto cultural genuíno nas universidades “comerciárias” reside na indisposição de contratarem recém-doutores, quando em verdade poderiam até mesmo estabelecer concursos especiais para admissão dessa elite intelectual, circunstância que melhoraria a imagem pública dessas instituições diante da sociedade acadêmica e promoveria o enriquecimento da sua qualidade pedagógica. Pela margem de lucro que as instituições universitárias “comerciárias” conquistam com a exploração dos seus serviços “acadêmicos” junto ao seu corpo discente, não seria de modo algum um grande dispêndio de recursos financeiros se porventura esses centros comerciais de ensino concedessem bolsas de pós-doutorado ou de recém-doutorado para pesquisadores. Porém, como a infraestrutura de uma universidade “comerciária” sofre de uma obtusidade axiológica latente, não se pode esperar que essa instituição dispenda quaisquer meios para efetivar tal benefício cultural, que certamente favoreceria o desenvolvimento pleno da qualidade criativa da intelectualidade nacional e uma circulação mais ampla de ideias. Uma universidade de fomento privado cujo sistema de avaliação para o ingresso de estudantes não demonstra rigor em seu exame não pode ser pedagogicamente levada a sério, pois evidentemente o seu objetivo consiste em apenas absorver o máximo possível de estudantes, para assim aumentar a sua margem de lucros. Conforme destaca brilhantemente Paulo Freire, no contexto dessa realidade educacional norteadas pelo primado economicista:

Nesta ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. Daí a sua concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas, e o lucro, seu objeto principal (FREIRE, 2005, p. 51).

Trata-se indubitavelmente da aplicação do sistema capitalista em sua configuração mais deletéria no mundo da educação. O estudante que se “forma” por uma instituição



desprovida de sistema de avaliação rigoroso, tanto no seu ingresso, como do decorrer de seu percurso acadêmico, em verdade está sendo enganado pelo sistema comerciário dos especuladores do ensino; tanto pior, certamente poucas oportunidades profissionais em instituições lhe serão concedidas após o término da sua graduação, exceto nos casos corporativistas, em que a seleção de profissionais não segue critérios de excelência, mas de coleguismos políticos, ou ainda quando tal estudante “mal-graduado” herda a estrutura profissional estabelecida por seus familiares. Todavia, em casos mais rigorosos, possivelmente um candidato a emprego “mal formado” e mal “graduado” por uma instituição “comerciária” certamente seria preterido por aquele que advém de uma sólida instituição pública ou mesmo por uma universidade privada que estabeleça rigorosos critérios acadêmicos de ensino e avaliação das competências intelectuais dos seus estudantes. Uma das causas primordiais para o fracasso educacional dos estabelecimentos comerciários adeptos das domingadas pedagógicas e da legitimação das cândidas mentiras dos reitores furtadores reside na influência de parâmetros economicistas no seu sistema pedagógico. Essas instituições continuamente interferem no processo de avaliação dos professores, pois se estes exigem grande competência intelectual dos estudantes, acarretando em muitas reprovações, a universidade “comerciária” corre o risco de perdê-los para outras instituições academicamente mais complacentes; então o professor academicamente rigoroso se encontra na obrigação profissional de ser condescendente com a carência intelectual desses estudantes despreparados intelectualmente, que perpetuam sua inaptidão cultural mediante o mecanismo de legitimação da alienação e da estupidez acadêmica estabelecida pela inserção de interesses alheios aos paradigmas intelectuais dos empresários da educação nos seus negócios universitários. Nessas condições, o advento desenfreado de instituições universitárias particulares merece sempre que os críticos da ideologia do vazio educacional redobrem a atenção, assim como a coletividade social que aspira seguir a trajetória universitária.

Muitas universidades “comerciárias” são caracterizadas pelo fato de portarem os nomes de personalidades famosas ou dos próprios fundadores dessas instituições. Tal circunstância lhes concede uma espécie de aura de solenidade e pompa, que disfarça muitas vezes a ausência de um genuíno projeto de difusão cultural desprovido de uma



tendência de especulação comercial da educação. As instalações materiais dessas instituições em geral também são tecnicamente excelentes, mas infelizmente a disposição cultural que as perpassa carece justamente de qualquer excelência; antes, impera o chamado constante pelo lucro e pela adequação do método de ensino aos interesses obtusos dos estudantes que pretendem adquirir o diploma apenas para que possam ingressar imediatamente no mercado de trabalho, ainda que intelectualmente e culturalmente estejam “mal formados”. Maliciosamente se diz que um estudante desprovido de autênticos objetivos culturais se matricula em uma instituição caracterizada pelo comercialismo educacional, carente de um rigor avaliativo na sua metodologia de ensino, apenas para obter o direito a uma prisão especial, caso venha a ser detido por algum crime cometido. Acredito que o vazio intelectual da cultura pós-moderna não tenha alcançado ainda esse nível de degradação existencial; mas há alguma garantia de que isso não venha a ocorrer em um futuro culturalmente “apocalíptico”, no qual os interesses economicistas na educação prevalecem cada vez mais sobre os projetos pedagógicos autênticos, onde os estabelecimentos universitários medíocres se multiplicam vertiginosamente em todos os lugares?

O espaço universitário não é um “local sagrado” tal como um templo religioso, de maneira que uma dada unidade de uma instituição particular pode ser aberta em qualquer local disponível que seja rentável e conveniente para o estabelecimento dos negócios dos empresários da educação, desde que obviamente se siga as condições imprescindíveis para o pleno funcionamento pedagógico da instituição. Entretanto, não deixa de ser sintomático acerca da situação da liquidação da qualidade do ensino quando uma universidade “comerciária” funda uma unidade em um local geograficamente e psicologicamente dispersivo, tal como um Shopping Center, não que este seja um território culturalmente maléfico, mas trata-se de um ambiente que não condiz com a afirmação das condições culturais; mesmo que haja em dado Shopping Center livrarias, cinemas e teatros, em geral o que prevalece são estabelecimentos direcionados acima de tudo para a satisfação das necessidades humanas de consumo e lazer, fabricadas pela publicidade midiática. Ora, uma universidade “comerciária” que se estabelece em um Shopping Center certamente mantém unidades em diversos pontos da cidade, circunstância que demonstra o seu



enorme poder financeiro, situação que, todavia, não significa necessariamente a pertença de um poder intelectual-acadêmico em sua estrutura acadêmica, apesar de que essa carência, na verdade, pouco importa para o mantenedor dessa instituição, preocupado apenas em ampliar as suas divisas e enriquecer mediante a especulação empresarial da educação.

Outra característica curiosa de uma instituição universitária regida pela disposição “comerciária” que deve ser destacada consiste na publicidade maciça realizada nos meios de comunicação para atrair a atenção de novos estudantes; estes ingressam com todas as facilidades intelectuais e materiais possíveis nessa corporação, seja pela seleção esdrúxula de candidatos, ou ainda a concessão de vantagens econômicas para estudantes transferidos oriundos de outras instituições, dentre uma infinidade de possíveis exemplos da lógica “comerciária” que comanda os procedimentos dos empresários do ramo da especulação da educação. Podemos afirmar o seguinte: uma instituição de ensino que tenha se estabelecido academicamente pela qualidade intelectual não necessita de propaganda para obter novos estudantes em seus quadros. Como qualquer negócio altamente rentável financeiramente, o espírito comercial aplicado no mundo educacional gera acirradas disputas de concorrência entre os mandatários de universidades particulares localizadas em espaços geográficos demasiadamente próximos. Uma instituição “comerciária” de ensino cujas unidades “acadêmicas” se multiplicam megalomaniacamente por uma determinada cidade ou região tende a pretender sufocar a existência das demais concorrentes financeiramente menores que estejam situadas ao seu redor, e a tática ignominiosa consiste em aliciar os estudantes das demais instituições através de ofertas tecnicamente vantajosas, esvaziando assim o corpo discente das universidades rivais. Trata-se da aplicação dos dispositivos agressivos do capitalismo selvagem aplicado no mundo da cultura educacional, o que não deixa de ser um contrassenso, pois a dimensão do ensino deveria promover a honestidade e a cooperação interinstitucional. A famigerada ideia de “educação para todos” se torna um instrumento malévolos pelo qual o sistema comerciário infiltrado na decadente cultura da idade “pós-moderna” estabelece a sua sedutora oferta de serviços, cabendo ao estudante pagar a devida quantia pela obtenção desse benefício. Conforme aponta Jean-François Lyotard,



O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (*bildung*) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso. Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu “valor de uso” (LYOTARD, 2002, p. 45).

A pesquisa de pós-graduação em nível de mestrado ou de doutorado deve ser realizada com o objetivo de favorecer o desenvolvimento duradouro de uma linha de pesquisa e o amadurecimento temático de uma ideia na carreira do pesquisador, jamais uma forma de se conquistar progressão de carreira ou aumento de salário mediante a obtenção de um título acadêmico que não corresponde ao efetivo desenvolvimento cultural do pesquisador. Não é raro que um docente dedique grande parte de sua carreira a apenas lecionar, sem que, no entanto, pesquise e produza intelectualmente; no entanto, em decorrência da possibilidade de aumentar os seus vencimentos pelo sistema de progressão de carreira, tal docente realiza um curso de pós-graduação tendo em vista apenas a realização de tal objetivo econômico, denotando assim a sua adequação intelectual a um princípio puramente comercial, alheio ao seu aprimoramento pessoal. Tal procedimento não deixa de ser uma espécie de arrivismo sutil, dissimulado na esfera acadêmica como um mecanismo moralmente legítimo. Essa situação nasce de uma disposição burocrática do docente, que compreende a titulação apenas como um passaporte para a aquisição de um salário maior, e não o cumprimento de uma importante etapa da vida criativa do pesquisador, sempre em busca de novos projetos a desenvolver no decorrer dos anos vindouros.

Um trabalho acadêmico, quando realizado por um pesquisador “autêntico”, nasce de uma necessidade cultural de estabelecimento de diálogo intelectual com a comunidade de pesquisadores da qual ele faz parte, dando prazer existencial pela efetivação de tal resultado; quando realizado por um burocrata pseudo-intelectual, se torna um esforço exaustivo e alienante, pois é efetivado apenas pelo frio cumprimento de uma necessidade



institucional. É importante salientar que, quando um pesquisador comprometido intelectualmente e existencialmente com a promoção da cultura necessita de uma margem de tempo maior para a realização do seu estudo de pós-graduação, tal circunstância não pode ser interpretada de forma negativa, pois o projeto criativo muitas vezes não se efetiva no prazo cronologicamente estabelecido pelos parâmetros avaliadores; nesse contexto é pertinente que o seu programa institucional lhe conceda maior extensão de tempo para que concretize efetivamente o resultado de sua pesquisa.

A mesma situação, entretanto, não se aplica ao tipo de “pensador” burocrata inserido em um programa de pós-graduação apenas com o intuito de obter a titulação para que possa melhor enriquecer depois mediante a progressão de carreira, pois a disposição intrínseca para a pesquisa não faz parte de sua formação cultural; essa circunstância se concretiza na sua incapacidade técnica de dar cabo satisfatório para o seu trabalho de pós-graduação e de participar das atividades acadêmicas de sua instituição. Seminários, simpósios, apresentações de comunicações, publicações de textos, tudo se torna uma tarefa árdua para o “filisteu da cultura” aspirante a um renomado título de pós-graduação, sem que faça maiores esforços intelectuais para merecer tal distinção, mantendo-se na mediocridade necessária para obter o diploma tão ansiado. Por conseguinte, caberia ao programa de pós-graduação fiscalizar rigorosamente a admissão dessa classe de pesquisadores, avaliando-os continuamente a fim de que não prejudiquem a avaliação acadêmica da instituição junto aos órgãos competentes do governo; mais uma vez é imprescindível destacar que não se trata de criticar o pesquisador de pós-graduação que divide o seu tempo disponível entre a atividade de ensino como docente e a redação de seu trabalho de mestrado ou doutorado, pois muitos são movidos por disposições culturais genuínas, de busca pelo aprimoramento das suas pesquisas pessoais. O grande problema se dá quando a motivação básica dessa busca por titulação ocorre para cumprir anseios materialistas de obtenção de melhores rendimentos em sua instituição de trabalho, em decorrência de sua progressão acadêmica, pois falta a esse pesquisador um sólido compromisso intelectual. Por outro lado, por uma questão de justiça, devemos criticar também o pesquisador de pós-graduação que se mantém exclusivamente através de uma bolsa concedida por alguma agência de fomento, mas que não faz uso adequado dessa



dádiva acadêmica, descumprindo os prazos técnicos estabelecidos para a entrega de sua dissertação ou tese, ou ainda mantendo baixo índice de produtividade de pesquisa.

Talvez a situação mais grotesca no contexto do problema analisado seja a do estudante que concilia bolsa de pesquisa com atividades profissionais, situação que, a nível teórico, é incompatível legalmente com os estatutos jurídicos das agências de fomento. Todavia, o estudante de pós-graduação contemplado por uma bolsa de pesquisa, ao término de tal concessão, fica submetido a flutuações econômicas completamente imprecisas, pois nem sempre ele é devidamente assimilado pelo mercado de trabalho, tampouco os concursos públicos dão conta dessa demanda. Por conseguinte, tornam-se cada vez mais usuais casos de estudantes de pós-graduação, contemplados com bolsas de pesquisas, manterem simultaneamente vínculo empregatício com alguma instituição de ensino ou empresa, justamente para que, findo o prazo de usufruto da bolsa de pesquisa, possam já garantir uma razoável manutenção do padrão de vida. Dessa maneira, mediante as ameaças das constantes crises econômicas, talvez seja necessário que se adote uma postura mais condescendente com tais práticas. Porém, no caso irresponsável e desonesto de um estudante conciliar atividades profissionais e uso de bolsa de pesquisa sem que venha a apresentar um índice razoável de produtividade, certamente conviria que ele fosse exemplarmente punido tanto por sua instituição acadêmica como pela agência de fomento, perdendo sua matrícula na instituição e sendo obrigado a devolver todo o dinheiro público embolsado no período em que cometeu essa ação ilegal. Ora, como a bolsa de pesquisa é concedida para que o estudante possa se dedicar com afinco aos seus afazeres acadêmicos, o fato de se realizar funções profissionais é uma violação dessa regra. Contudo, se isso não é empecilho para que o estudante apresente resultados concretos de sua pesquisa, ele certamente poderia ser desonerado de qualquer culpa, circunstância que não se aplica de modo algum a quem se dedicou de forma mais intensa aos trâmites de seu emprego e aos lucros que dele decorrem, do que ao seu plano de pesquisa. Uma vez que o homem da idade pós-moderna pouco se importa com o benefício público, ele não hesitará em descumprir regras institucionais, pois acima de tudo o elemento superior em sua existência regida pelo signo do materialismo é o estabelecimento do seu bem-estar pessoal.



O ato de se publicar artigos e de se apresentar comunicações e palestras em eventos acadêmicos é sem dúvida alguma um exercício intelectual que exige disciplina e dedicação pessoal; tais atividades requerem ainda uma disposição criativa construída ao longo da trajetória de pesquisa, mas que flui naturalmente no indivíduo com apreço pelo debate cultural, não sendo de modo algum um mero *pro forma*, tal como usualmente seguido pela grande massa de pesquisadores: publica-se em geral apenas o estritamente necessário para se adequar aos parâmetros acadêmicos estabelecidos pelos fomentos de pesquisa. Uma vez que vivemos em uma realidade intelectualmente decadente, o estudante de pós-graduação ou o professor que produz nada ou muito pouco se torna a regra, e não a exceção. Tal crítica não pretende, contudo, considerar como algo positivo o estímulo para produtividade desenfreada em escala universal, pois tal situação poderia gerar a divulgação de pesquisas que se encontram em estado incipiente de elaboração, que necessitariam ainda uma maior maturação, ou ainda a publicação seriada de artigos acadêmicos que fazem variações sobre o mesmo tema. Se um pesquisador produz acima da média usual, cabe a ele se responsabilizar intelectualmente por essa produção vultosa; se um pesquisador produz pouco, talvez a complexidade do tema abordado impeça uma maior flexibilidade argumentativa, mas isso não pode se tornar um subterfúgio para que ele vele a sua carência criativa sob a máscara da dificuldade e aridez do tema escolhido em sua pesquisa. Essa situação ocorre continuamente na vida acadêmica pós-moderna, justamente pela habilidade falaciosa do pesquisador em justificar a sua carência de rigor metodológico através da propagação da ideia de que o desenvolvimento de sua pesquisa é demasiado árduo, merecendo assim maior extensão de tempo. Um intelectual deve conquistar a capacidade de se superar existencialmente e culturalmente, criando continuamente em sua carreira de pessoa dedicada ao contínuo processo de divulgação de ideias e de conceitos que possam favorecer o progresso do conhecimento no mundo global em que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O presente texto é uma espécie de libelo contra a apropriação indébita que a especulação econômica exerce sobre a nossa atual conjuntura educacional e cultural, inserindo valorações “empresariais” no âmbito da realidade intelectual das instituições de ensino. Afinal, conforme vimos no decorrer dessas linhas, tal dispositivo anódino faz dos bens culturais um vulgar sistema comerciário que se perpetua mediante a especulação usurária do sistema educacional. Nessas condições, tanto os estudantes como os professores se tornam instrumentos de dominação ideológica desse sistema, que melhor exalta economicamente os “filisteus da cultura” detentores do poder das instituições de ensino, em detrimento daquele que deveria ser o objetivo principal, a transmissão efetiva da cultura como meio de se promover a transformação social.

Certamente é praticamente impossível que o Estado dê conta de criar vagas universitárias para toda a massa de estudantes, nascendo daí a grande fatia de mercado aproveitada pelas universidades privadas; porém, caberia uma rigorosa avaliação governamental sobre as suas estruturas pedagógicas, para que haja um autêntico nivelamento equânime do tipo de saber transmitido tanto pela estrutura universitária pública como pela iniciativa privada; caso contrário, os estudantes que fazem parte do corpo discente desse último sistema estão sendo lesados em diversos níveis. O acento corrosivo presente no cerne desse artigo se justifica pela necessidade urgente de se transformar a base ideológica em que se sustenta o nosso atual sistema educacional, movido justamente por propósitos que não exatamente aqueles que correspondem aos princípios educacionais; entretanto, apesar dessa invectiva contra a ordem anti-cultural imperante, tal posicionamento crítico não representa qualquer tipo de pessimismo em relação ao porvir de nossa estrutura educacional, pois o simples fato de haver pesquisadores comprometidos com a difusão de um padrão de cultura que realmente esteja relacionado ao pleno desenvolvimento existencial do ser humano representa a possibilidade do niilismo educacional ser transformado. Felizmente, a autêntica cultura apenas perpetua as obras dos genuínos criadores, que serão estudados no porvir pela comunidade dos pesquisadores autênticos, enquanto os burocratas travestidos de “filisteus da cultura” apenas obterão o razoável enriquecimento das suas contas bancárias e a aquisição de bens materiais.



REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laum Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Modernidade Líquida*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Vida líquida*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BUCCI, Eugênio & **KEHL**, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Leitores, espectadores e internautas*. Trad. de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CERLETTI, Alejandro & **KOHAN**, Walter. *A Filosofia no Ensino Médio*. Trad. de Norma Guimarães Azeredo. Brasília: Editora da UnB, 1999.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo/Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo*. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles & **SERROY**, Jean. *A Cultura-Mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Trad. de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad. de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Primeira Consideração Intempestiva: David Strauss, sectário e escritor*. Trad. de Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2008.

PAVIANI, Jayme. *Problemas de Filosofia da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SANTOS, Adriana Bacellar Leite e. *Os meios de comunicação como extensões do mal-estar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

XAVIER, Ingrid Müller. “*Filosofia em tempos de adrenalina*” In: KOHAN, Walter (org.) *Filosofia: Caminhos para o seu ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 133-152.